

**Nos últimos três anos, profissionais da área tiveram seus salários valorizados entre 20% e 25%**

Acaba de completar cinco anos (29 de agosto) que a Lei Anticorrupção entrou em vigor, tendo como objetivo punir as empresas que pratiquem atos de corrupção contra a administração pública. Durante esse período, as corporações tiveram que ser mais rígidas e ter maior controle sobre contratos públicos, movimentando o mercado de trabalho da área de compliance, cujos profissionais são responsáveis por prestar suporte no planejamento dos projetos estratégicos de uma organização e implantar as normas e procedimentos que envolvam a gestão de riscos.

De acordo com especialistas da Robert Half, primeira e maior empresa de recrutamento especializado no mundo que atua no Brasil há 11 anos, desde que a Lei Anticorrupção entrou em vigor, em 2013, foi nítido o aumento da demanda de contratação na área de compliance. Nos últimos três anos, a valorização salarial desses profissionais ficou entre 20% e 25%, em relação aos anos anteriores.

Os profissionais mais requisitados são os que têm experiência nas áreas Jurídica - com especialidade em Direito Civil, Empresarial, Societário e Governança Corporativa - e Financeira - com foco em controles internos e auditoria interna e de riscos. Os cargos mais buscados são os de Analista de compliance, CCO (*Chief Compliance Officer*), Coordenadores e Especialistas de compliance.

Em geral, esses profissionais vêm do mercado financeiro, da indústria farmacêutica e de multinacionais. Novos profissionais também estão sendo desenvolvidos para atuar na função, normalmente vindos de consultorias, auditorias, escritórios jurídicos e áreas de controles internos.

“São buscados profissionais com habilidade de atuação pautadas em processos e políticas internas e que sejam discretos, pois lidam com muitos temas confidenciais e informações sigilosas. Profissionais metódicos, organizados e com alto nível de comunicação também são muito valorizados, pois lidam com muitos processos e temas multidisciplinares que transitam em todos os níveis de uma organização, da alta gestão ao corpo administrativo e operacional”, explica Leonardo Berto, gerente de negócios da Robert Half.

O profissional de compliance é de extrema importância para as empresas e sua demanda é crescente desde o aprofundamento das grandes investigações anticorrupção no Brasil, que serviu como base para uma mudança estrutural principalmente em empresas de capital aberto, subsidiárias de grupos multinacionais e organizações com investimentos no mercado internacional. “São profissionais que têm como objetivo garantir transparência e ética nos processos de uma companhia, desde a gestão do dia a dia, relacionamento com colaboradores, processos internos e relações comerciais”, finaliza Berto.

Na consultoria global Protiviti, especializada em gestão de riscos, ética, auditoria interna e compliance, a demanda por serviços relacionados às práticas de compliance quadruplicou após a implementação da Lei Anticorrupção, que veio acompanhada de uma crise político-econômica enfrentada pelo Brasil nos últimos anos.

“A Lei Anticorrupção, a eclosão e os desdobramentos de operações como a Lava Jato mostraram às companhias que, para se destacar e sobreviver, é preciso dar mais atenção aos riscos e buscar por adequação. A conscientização se dá também porque a medida é severa e afeta o caixa da empresa caso não esteja em dia com as conformidades éticas”, explica Heloisa Macari, sócia-diretora da área de compliance da Protiviti.

Heloisa acredita que com o passar dos anos a falsa impressão de que investir em compliance é um desperdício de dinheiro foi perdendo força nas organizações. O entendimento das empresas agora é buscar maturidade em seus programas de conformidade, o que resulta no impulsionamento da

procura por medidas éticas mais bem estruturadas.

“Embora as empresas conheçam as ferramentas para a implantação de um programa efetivo de compliance, elas ainda falham no mapeamento de riscos a que estão expostas. Nota-se que houve uma melhora na visão de compliance, mas esta visão prática de risco ainda é baixa”, alerta a especialista.

**Fonte:** [Infor Channel](#), em 29.08.2018.